



## **A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO**

CARVALHO, Carlos Henrique de; FERREIRA, Ana Emília Souto. **Impasses e desafios à organização da instrução pública primária no Brasil (1890-1930)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

**Resenhado por: Sergio Henrique Gerelus<sup>1</sup>**

Como parte do Projeto Pensar a Educação, Pensar o Brasil (1822-2022) o livro selecionado como objeto desta resenha se apresenta interligado às ações promovidas por diferentes pesquisadores que procuram tematizar a história da escola primária no Brasil no período republicano. Inseridos em ampla rede de instituições de pesquisa, Carlos Henrique de Carvalho e Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira assinalam as aproximações de seus estudos com variadas produções que tratam da história da educação no período republicano, ou relacionam a aplicação do método histórico-comparativo nas pesquisas em história da educação. Os autores possuem reconhecidas produções neste campo de pesquisa, ele Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia, ela Doutora pela Universidade Federal de Uberlândia, procuram dialogar no texto com diferentes pesquisadores brasileiros que se destacam no conjunto de pesquisas que visam compreender historicamente a escola primária, de modo abrangente e detalhado.

A lógica da história como processo conduz ao objetivo de compreender a escola primária no Brasil mediante estudos que ampliem as análises histórico-comparativas entre estados brasileiros, os autores selecionam os estados/províncias de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte. Para tanto, acessam e analisam diferentes fontes, e confrontam as proposições republicanas e os dados relativos aos processos de escolarização no período a partir da tese de que houve dissonância entre os princípios externalizados pelos presidentes das províncias em relação à realidade concreta da educação. Lançam-se ao desafio de problematizar, de um lado, os aspectos propriamente escolares: o trabalho didático; as modalidades de escolas; o funcionamento e aplicação de amparo financeiro. De outro lado, indagam os aspectos extraescolares: a política educacional; a inspetoria do ensino; republicanismo e federalismo; a importância do estado e dos municípios. Acentuam que a discussão da citada temática busca referências nos estudos de educação comparada, compreendidas as possibilidades e a complexidade da utilização dos procedimentos que caracterizam os estudos nesta perspectiva, devidamente evidenciados no livro com indicações de pesquisadores que fizeram uso desta abordagem em diferentes momentos históricos.

De modo geral, no capítulo “Nuances políticas do Brasil republicano” os autores apresentam o cenário social na transição do Império para a República, que expunha a



divergências políticas preponderantes na estrutura estamental brasileira, na qual a minoria administrava, controlava e lançava modelos de conduta para a maioria. Ficam evidentes os conflitos entre conservadores e reformistas, liberais e republicanos, escravocratas e abolicionistas, militares e civis, estudantes e profissionais liberais, entre setores da propriedade rural e os interessados na produção industrial. Na construção do Estado brasileiro moderno com viés republicano, o modelo norte-americano de federação foi vitorioso na Constituição de 1891, mas a instabilidade política no período permaneceu apesar dos dois primeiros governos militares e das tentativas de fortalecer o Poder Executivo da República, alinhado à força hegemônica de províncias como São Paulo e Minas Gerais.

Na sequência do livro, sustentados em ampla revisão bibliográfica, os autores destacam a educação das classes populares no ideário do regime republicano, relacionada ao nacionalismo e à formação do novo homem. Entretanto, a concentração política nos municípios e estados e particularmente o “coronelismo” gerava impasses para a realização daquele ideário, os autores mencionam o debate sobre o processo de centralização ou descentralização educacional encaminhado desde o Império, e estudos que salientam as preocupações no período com a difusão da educação escolar, e a organização de um sistema nacional de educação. Mas as ideias pedagógicas disseminadas no período, a demanda pela propagação da educação popular e, especialmente, pela criação de estabelecimentos de ensino não foram suficientes para que a educação se tornasse alvo das preocupações do governo republicano, enquanto no Império ela ficava sob a responsabilidade das províncias, no início da República esta responsabilidade foi repassada para os estados federados, e neste contexto as propostas educacionais foram reduzidas.

Já no século XX foi impulsionada a criação de escolas com fins de disseminar a educação e combater o analfabetismo, o que significava oferecer um ensino mínimo que supriria as necessidades do cenário socioeconômico, com os encaminhados processos de industrialização e urbanização. Os autores indicam a importância da criação da Associação Brasileira de Educação, que se difundiu enquanto tentativa de sensibilizar o poder público e os educadores quanto aos problemas educacionais, mas que acentuava o dilema do direito e liberdades individuais de escolher seus próprios caminhos, ou dos propósitos coletivos relacionados à educação pública, reconhecida no projeto liberal como direito e dever do cidadão.

O analfabetismo como problema nacional é abordado no livro enquanto categoria que permite compreender a gênese das desigualdades regionais. Percebe-se o trabalho técnico necessário para a organização e análise dos dados sobre analfabetismo, procedimento necessário para a compreensão do processo histórico em diferentes estados. São apresentados gráficos e tabelas com base nos dados relativos ao crescimento da população e o desenvolvimento da educação, que indicavam 71,2% de taxa de analfabetismo em 1920. Este cotejo dos dados, seguido de análise, também foi realizado pelos autores em relação aos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte, os gráficos nos quais são apresentados os dados de crescimento populacional e número de alfabetizados e analfabetos nos três estados da federação permitem leituras comparativas sobre a taxa média de analfabetismo, bem como as aproximações ou distanciamentos entre



as diferentes regiões do país. São constatados os relativos progressos em relação ao ensino primário, mas muito ainda havia de ser realizado conforme afirmavam algumas fontes indicadas no livro e anunciavam os pesquisadores da época. A análise qualitativa dos dados ou a discussão ampliada da categoria analfabetismo pode permitir outras discussões sobre a percepção do problema no cenário republicano.

Outra discussão pertinente e que permite compreender os impasses e desafios à organização da escola primária refere-se ao financiamento da educação. Com o mesmo cuidado presente nos gráficos sobre analfabetismo, são apresentados novos gráficos e tabelas sobre os valores orçamentários para a educação, e dispêndio porcentual com a instrução primária nos diferentes estados. Para os autores, o movimento da economia dos três estados se refletia na verba para a instrução pública, em grande parte destinada para a instrução primária, e mais especificamente para as construções escolares. Os dados também permitem analisar em quais momentos a proporção dos investimentos em instrução pública foram mais significativos, com acréscimos e decréscimos nas verbas públicas. A análise dos dados sobre financiamento possibilita a ampliação dos problemas de pesquisas, suscitados a partir da leitura do livro. Desperta-se para a identificação dos materiais que foram adquiridos, sobre como se deu o processo de destinação dos recursos, e sobre os resultados alcançados com os investimentos realizados.

O percurso realizado pelos autores ao longo da obra, desde as questões políticas no período republicano, passando pela constatação dos problemas relativos à educação, o analfabetismo e o financiamento da instrução pública, são melhor compreendidos no capítulo intitulado “Organização dos programas curriculares da escola primária”, considerado como o mais significativo dentre os outros por adentrar a discussão das propostas de ensino propriamente ditas, ideias e práticas para a instrução. Nesta tarefa, os autores procuram sistematizar separadamente as abordagens dos três estados, utilizando como fonte as mensagens dos presidentes das províncias.

Na primeira parte são ressaltadas as abordagens pedagógico-curriculares do estado de São Paulo desde o detalhamento das prescrições presentes no decreto de 1894, referentes ao conteúdo a ser ensinado e os materiais escolares. Nas mensagens dos presidentes eram ressaltadas ações adotadas pelo governo nas escolas modelo e nos grupos escolares. Os autores salientam a desarticulação entre o ensino primário e secundário e seguem indicando as alterações propostas na organização curricular da escola primária nas primeiras décadas do século XX, com análises dos decretos e do conteúdo das mensagens dos presidentes, as quais são confrontadas com as condições dos estabelecimentos de instrução primária.

Ainda sobre as escolas primárias paulistas foram analisados o decreto de 29 de abril de 1920 e outros decretos dos anos seguintes, que tratavam de reorganizar as matérias de ensino, alteravam as durações dos cursos, adequavam os currículos das escolas urbanas e rurais, e indicavam preceitos para os cursos noturnos.

Em seguida, os autores destacam a organização do trabalho pedagógico no Paraná. Neste estado diversas cadeiras de instrução primária foram criadas seguindo as orientações



do decreto nº 31 de 1890 dividindo o ensino primário em dois graus, elementar e complementar. Atrelados aos ideais republicanos, os valores morais se faziam presentes nos currículos das escolas paranaenses. Neste sentido, fica clara a proposta de planos modernizadores que reproduziam o discurso civilizatório, fundamentado nas questões da disciplina, moral, ordem, progresso e renovação.

Sinteticamente, o quadro sobre as divisões da escola primária diferencia as matérias correspondentes ao ensino primário de primeiro grau, ensino primário de segundo grau e o ensino misto, confrontados por sua vez com a mensagem do Presidente Francisco Xavier da Silva que indicava os limites do professorado para ensinar mais do que ler, escrever e as operações aritméticas. Em outro quadro são apresentados os programas dos cinco anos das escolas públicas criadas a partir do decreto nº 479 de 10 de dezembro de 1907, que permitia maior aprofundamento se comparado ao primeiro currículo.

O texto destaca o Código de Ensino proposto no decreto nº 710 de 18 de outubro de 1915, que determinou os programas de ensino que seriam aplicados aos grupos escolares, nas escolas primárias e secundárias, mais amplos e com maior aprofundamento do que os programas das escolas isoladas. Em relatórios foram indicados livros didáticos a serem utilizados, e o horário de funcionamento das escolas.

Na última parte que trata do capítulo sobre organização dos currículos das escolas primárias os autores analisam os códigos, normas e prescrições relativas a escola primária no Rio Grande do Norte, tal qual os demais estados, diversas leis, decretos e regulamentos foram elaborados. A definição das matérias do programa da escola primária foi realizada pelo decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892. Os autores assinalam nos decretos seguintes as tentativas de organizar o ensino graduado, com a crença republicana da remodelação da ordem social, política e econômica, que ofereceria ao povo as condições para sua inserção no regime democrático federativo.

Outro documento considerado importante foi o Regimento Interno dos Grupos Escolares, que indicava a formação do caráter e do coração do aluno como preocupações dos professores, que significaria maior investimento na moral e no comportamento dos alunos. O mesmo documento definiu horário e matérias do curso elementar feminino e masculino. São analisadas ainda a Lei Orgânica do Ensino nº 405 de 29 de novembro de 1916 e o Decreto nº 265 de 24 de março de 1925, que versavam sobre o funcionamento das escolas, as matérias e aplicação dos programas.

A ampla gama de documentos apresentados pelos autores sobre os três estados selecionados evidencia a complexidade da aplicação do método histórico-comparativo, pois múltiplas são as questões que podem ser foco de aprofundamento dos estudos. Os impasses e desafios para a organização da escola primária são recorrentes nos diferentes estados, e as respostas eram apresentadas na forma de decretos, leis e regulamentos. Os autores consideram a respeito das finalidades e expectativas depositadas sobre a escola primária, moldar o caráter das crianças, valores e virtudes morais, normas de civilidade e divulgação dos valores cívico-patrióticos.



A tendência à descentralização deixou a organização das escolas sob a responsabilidade de estados e municípios, que comprometiam seus orçamentos, suprindo as demandas por expansão escolar. Na legislação dos referidos estados e nas mensagens de presidente de estado foram associados os métodos e procedimentos educacionais mais modernos, em especial o ensino intuitivo que estava presente nos debates desde o final do Império. Do mesmo modo, apreende-se da análise das fontes a presença das lições de coisas nos programas, e as dificuldades para disseminar os métodos de ensino entre o professorado, bem como a carência de materiais adequados, a inadequação dos edifícios escolares, e problemas com o mobiliário. As caixas escolares como meio de favorecimento das crianças mais pobre também foram divulgadas, tal qual as associações filantrópicas. O modelo dos grupos escolares foi estendido aos demais estados, e ofereciam processos de ensino mais amplos e aprofundados em relação às escolas isoladas.

Para os autores, a legislação dos três estados determinava as alterações na organização da escola primária, mas não garantiam que este processo fosse completamente levado a cabo, face às diversas dificuldades das escolas, com alta taxa de analfabetos, e dentro das condições orçamentárias do período. Neste sentido, recaía sobre o professor a responsabilidade pelo êxito das reformas.

Foram os procedimentos do método histórico-comparativo, com revisão minuciosa de vasta bibliografia e análise acurada de fontes diversas que permitiram aos autores defenderem a tese de que os princípios expressos pela organização da escola primária muitas vezes não coadunavam com a realidade educacional. Ao final da leitura, tornou-se evidente a distância entre o discurso produzido a partir do ideário republicano e a realidade precária dos três estados, cada qual com impasses e desafios próprios ou compartilhados para a organização da instrução pública primária.

#### Notas

---

<sup>1</sup>Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE). E-mail: sgerelus@gmail.com.

**Submetido em:** 07/05/2017

**Aprovado em:** 30/06/2017